

Educação Popular e Movimentos Sociais¹

Conceição Paludo²

Introdução

Em que pesem as dificuldades teóricas, dada a crise de paradigmas, em se definir o que sejam Movimentos Sociais e a própria Educação Popular na atualidade brasileira, neste texto, defendo o argumento de que apesar das mudanças ocorridas no direcionamento do processo de desenvolvimento no Brasil, a partir de 1990, mais uma vez o projeto cultural identitário do que se chama de concepção de Educação Popular se ressignifica, estreitamente articulado aos Movimentos Sociais.

Confrontando-se com uma concepção de educação do povo e de toda a sociedade que a reduz a uma mercadoria, ainda não é possível identificar o conjunto das ressignificações da Educação Popular, sendo possível apenas observar alguns aspectos que vão lhe dando forma, possibilitando a continuidade de sua constituição como um projeto cultural e pedagógico alternativo. Os sujeitos centrais desta construção, como nos "velhos tempos", continuam sendo os Movimentos Sociais. Continuam sendo, porque são os que, explicitando as contradições da sociedade, resistem e, formando uma espécie de consciência da sociedade, colocam a "olho nu" o que nela há de mais sórdido, como a fome, que inviabiliza a decantada retórica da "vida boa" para todos.

Buscando, deste modo, abordar o tema da Educação Popular e Movimentos Sociais, num primeiro momento explícito alguns dos pressupostos centrais que dão sustentação a minha forma de analisar as relações que se estabelecem entre a concepção de Educação Popular e os Movimentos Sociais.

¹ Este texto foi publicado nos anais do 8º Seminário Internacional de Educação, realizado pela FEEVALE, no período de 3 a 6 de agosto de 2005, em Novo Hamburgo, RS. Esta versão contém pequenas modificações, realizadas após o Seminário, considerando algumas questões levantadas pelos participantes.

² Educadora Popular, professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e Doutora em Educação pela UFRGS.

Em seguida, resgato alguns traçados do processo de construção da Concepção de Educação Popular no interior do processo histórico brasileiro, possibilitando a verificação de que esta concepção de educação, desde o início, esteve intimamente ligada aos Movimentos Sociais. Em seguida, busco, a partir de minhas experiências nos últimos quatro anos, sistematizar algumas das idéias forças desta concepção educativa. Nas conclusões, procuro estabelecer distinções entre a Educação Popular como Ação Cultural, Movimento de Educação Popular e Teoria Pedagógica.

1 Pressupostos ou chaves de leitura

Neste texto, construo a reflexão a partir dos pressupostos a seguir elencados.

a. Os seres humanos fazem a história.

A sociedade se organiza em campos de forças econômicas, políticas e culturais que disputam a direção do processo histórico. Esta disputa se materializa na direção de sentido empreendida pelas forças hegemônicas e desejada pelas forças contra-hegemônicas, em cada momento histórico específico. O alternativo se vincula ao contra-hegemônico.

b. Há uma relação estreita entre projeto de sociedade, projeto de desenvolvimento e educação.

O projeto de sociedade hegemônico é o projeto da Modernidade. Este projeto, que inicia seu processo de constituição no século XIV, na Europa, se consolida no século XIX e representa a hegemonia de uma nova ordem que se espalha pelo mundo. Seus três pilares mais significativos representam as três grandes esferas de poder existentes na sociedade. A econômica: materializada no modo de produção capitalista; a política: representada pelo Estado de direito e a Cultural/ideológica: assentada na supremacia da razão, no culto à ciência e ao individualismo.

Uma das principais contradições do Projeto da Modernidade centra-se no antagonismo entre os fins a que se propõe: a liberdade, a igualdade e a fraternidade e os meios empregados para alcançar estes fins: o modo de produção capitalista, o Estado de direito e a cultura e ideologia que veicula.

O projeto de desenvolvimento representa a recomposição do poder político e o reordenamento econômico que acontecem em determinados períodos históricos, em decorrência da necessidade de superação das crises que sua lógica perversa engendra. O

redirecionamento do desenvolvimento, entretanto, não muda os pilares do projeto, acima descritos.

c. Existem diferenças entre os trabalhadores.

A expressão “trabalhadores” é demasiadamente ambígua. Não é possível ficarmos somente com a definição de que trabalhadores são todos "os que vivem do seu trabalho"³. O trabalho dos diferentes trabalhadores propiciam diferenças substantivas na reprodução e produção de suas vidas. O recorte “trabalhadores das classes populares” faz-se necessário. Aí começamos a sair da abstração e trabalhar com pessoas concretas. Estes são os que não ganham o suficiente para produzir e reproduzir suas vidas com dignidade. São também os desempregados, os subempregados, os idosos desassistidos, os sem terra, os pequenos proprietários rurais, entre outros.

d. Existe diferença entre a prática educativa e a pedagogia.

Quando se fala de prática educativa ou formativa, ou mesmo em educação, fala-se do fazer educativo. Pode ser o fazer do Estado, que se traduz nas políticas públicas para a educação, o fazer das escolas, o fazer dos Movimentos sociais e assim por diante. Pedagogia não se refere ao fazer, refere-se ao pensar sobre o fazer, refere-se à teoria da educação que orienta as práticas educativas. Uma concepção de educação, portanto, faz parte da teoria da educação e diz respeito aos objetivos ou às finalidades que se tem com as práticas educativas que se realiza, com a concepção epistemológica, com a metodologia que se utiliza, com a forma de relação que se estabelece entre o educador e o educando⁴.

e. A educação não se reduz à escolarização.

A educação não se confina à escola, embora reconheça que possui um papel a cumprir. Esta concepção alargada de educação remonta às origens da Modernidade, quando se difunde a idéia que os seres humanos não nascem prontos e nem pré-destinados, mas que se tornam humanos, mediante as relações que estabelecem consigo mesmos e com a natureza, no interior do processo histórico. Neste sentido, os diferentes espaços de

³ Antunes, 1997.

⁴ Para evitar reducionismos classificatórios é bom distinguir entre concepções e correntes da educação. Uma concepção ou tendência representa um todo razoavelmente articulado que expressa uma visão de homem, de sociedade, de processo histórico e do papel social da educação, a partir do qual se procura imprimir um determinado rumo ao processo educativo. As correntes resultam das concepções e possuem diferenças entre si.

convivência humana constituem-se em espaços educativos: escola, família, trabalho e também os movimentos sociais.

2. Educação Popular: traçados de uma pedagogia em construção

A concepção de Educação Popular (EP) nasce da e na América Latina e firma-se como teoria e práticas educativas alternativas as pedagogias e práticas tradicionais e liberais, vigentes em nossos países, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, exploração da força de trabalho e domínio cultural. Por isso mesmo, nasce e constitui-se como “pedagogia do oprimido”, vinculada ao empoderamento, organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social. Estar vinculada, desde o seu específico, aos Movimentos sociais concretos de resistência do povo na América Latina foi a maior contribuição da EP. Exemplo disso são os processos da Nicarágua, Cuba, Brasil e El Salvador.

O Brasil, a partir da República (1889), busca a formação de uma nova ordem econômica, política e cultural, o que também pode ser compreendido como a construção do Projeto da Modernidade brasileira. A constituição da Concepção de Educação Popular acompanha a formação desta nova ordem e passa por três momentos distintos. Cada um dos momentos com sua ênfase específica⁵.

(i) A formação com ênfase na escolarização e na organização

No período de 1889 até 1930, o Brasil entra num período de transição, de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano industrial.⁶

Neste período conviviam a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia da Escola Nova, que vinha querendo se constituir e a prática educativa dos Socialistas, Anarquistas e Comunistas. Nas práticas destes últimos, pode ser identificada a gênese da concepção de Educação Popular. Estas práticas remetiam para processos formais e não formais de Educação, a partir de uma concepção educativa que tinha elementos de diferenciação, tanto da pedagogia Tradicional quanto da pedagogia da Escola Nova⁷.

⁵ Para maior aprofundamento conferir: Paludo, 2001; Brandão, 2002.

⁶ O período que antecede a Guerra representa a continuidade em relação ao Império. O período que sucede à Guerra representa um quadro de luta para recompor o poder político e mudar o direcionamento econômico.

⁷ Por exemplo, os Libertários, no início do século XX, não lutavam pelo ensino público e gratuito (afastaram-se dos trabalhadores que buscavam a escolarização). Inspirados em Ferrer desenvolveram a chamada Educação Racionalista. Iniciativas: discussão pedagógica, Fundação da Universidade Popular, criação de centros de estudos sociais e fundação de dezenas de Escolas Modernas (iniciativas auto-sustentadas). Princípios: educação integral, racional, mista e solidária. Em 1919 as escolas são fechadas. Confira em

É neste período que uma alternativa de projeto cultural e pedagógico, através da educação, ganha forma identitária, do que mais tarde viria a ser chamado de Educação Popular. O trabalho de educação realizado pelos anarquistas e, mais tarde, pelos comunistas e a luta pela escola pública são elementos constitutivos e simbólicos da trajetória desta concepção de educação.

(ii) A valorização da cultura popular

Com a revolução de 1930, tem início um período de afirmação da sociedade urbano-industrial, também chamado de nacional desenvolvimentismo ou de substituição de importações. Iniciado em 1930, este período passa pela ditadura do Estado Novo (de 1937 a 1945) e conclui com o fim do período democrático (1945 – 1964). Confrontam-se, neste processo, dois projetos de desenvolvimento para o Brasil: liberalismo x nacionalismo⁸.

A partir de 1956 o Movimento de radicalização política começa a ganhar base e configura-se uma frente popular, como um Movimento de apoio às reformas de base do Governo João Goulart.

As classes populares urbanas e rurais ganham força reivindicatória pelos seus direitos e por mudanças estruturais de base, como requisito para a sua integração. A estas tendências de pensamento socialista, liberal e a um cristianismo voltado para os pobres, soma-se a divulgação da Teoria de Paulo Freire.

Criam-se Movimentos de Educação Popular e há um descrédito na educação formal. Três orientações pedagógicas confrontavam-se, estreitamente ligadas às forças políticas e às disputas pela direção do desenvolvimento: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia da Escola Nova e a Concepção de Educação Popular. Nos bastidores costurava-se a Concepção Tecnocista, pautada pela Teoria do Capital Humano (custos da educação, planejamento e educação como investimento).

Acompanhando o Movimento de disputas da direção do desenvolvimento brasileiro, é que emerge mais uma onda identitária forte do que viria mais tarde a caracterizar-se como uma concepção diferenciada de educação do povo. Neste momento do processo histórico brasileiro, ela toma a forma do que ficou sendo conhecido como “a cultura

Ghiraldelli, 1987.

⁸ As concepções apareciam de forma mesclada, impossibilitando as divisões rígidas entre liberais e nacionalistas.

popular dos anos 60⁹. Paulo Freire, que retorna do exílio no final dos anos sessenta, cumpre um importante papel nesta formulação.

(iii) Formação voltada para a conscientização político-ideológica e para a organização

Na terceira fase, que inicia em 1964, temos o período de consolidação do Projeto da Modernidade brasileira. Este período inicia com o golpe de 1964, com a ditadura militar, e representa a opção por um projeto de desenvolvimento cada vez mais associado e subordinado ao capital internacional. O conflito que se estabelece na sociedade é o da ditadura x democracia.

Existe, neste período, uma oposição entre escola Pública Estatal e Educação Popular. O Estado é visto como aparelho ideológico de reprodução da ordem capitalista e as Teorias Crítico-Reprodutivistas e de Descolarização tornam-se parâmetro de análise da escola e do seu papel social.

Em 1978 ressurgem as lutas populares exigindo abertura política e retorno ao Estado de legalidade. É neste Período que se constituem os chamados "Novos Movimentos Sociais".

A década de 1980 foi a década da retomada de consciência dos direitos, da relação entre educação e o protagonismo das classes populares, que se materializa na sua constituição em Movimentos, no desejo de sua participação efetiva na cena política e na construção de um novo projeto de sociedade. O movimento no interior da escola pública é perpassado pelas práticas educativas gestadas no interior da sociedade civil e há um esforço intelectual de formulação de um pensamento pedagógico brasileiro próprio. A grande interpenetração de interesses e espaços pode ser constatado observando-se as mobilizações em função da constituinte; a Educação Popular é elevada à categoria de concepção de educação ou de pedagogia.

⁹Criam-se movimentos de educação popular, descrédito na educação formal: MCP (60-Recife-Paulo Freire), MEB (março 61 - CNBB) CPC (UNE), PNA (63). Atividades: alfabetização, organização de base e cultura popular. Sentido: papel das classes populares no cenário social e político contrastando com educação para a profissionalização e despertar as energias populares, visando à pressão suficiente para realizar mudanças propostas. Nova utopia pedagógica: não diretivismo, enquanto atitude pedagógica e conscientização, enquanto processo pedagógico de construção da consciência crítica. Expressava-se pelo ativismo e pela vivência do binômio conscientização x massificação.

Diversas concepções de educação confrontavam-se: Concepção de Educação Popular, Teorias Não Diretivas, Pedagogia da Escola Nova, Pedagogia Tradicional, Pedagogia Tecnicista (oficial).

Em 1964 ocorre o golpe militar e se acentua o processo de desnacionalização da economia; há a liquidação do nacional desenvolvimentismo e se perde a possibilidade de uma orientação democrática e incluyente de desenvolvimento. Em 1978 ressurgem as lutas populares, exigindo abertura política e retorno ao estado de legalidade. Esse projeto é simbolizado pela educação dos e através dos Movimentos sociais populares. As expressões “povo sujeito de sua história” e “protagonismo popular” expressam a orientação das práticas da concepção de Educação Popular.

Com o processo de abertura brasileira, o impasse sobre as possibilidades criadoras da escola pública começa a ser desfeito. A oxigenação da vida política permitiu um reavivamento da discussão educacional e pedagógica, principalmente entre os educadores progressistas. Há uma reação a redução da educação às necessidades do mercado e à privatização do público. A Educação pública (quantidade e qualidade) é alçada à esfera dos direitos do ser humano, na sua condição de sujeito social e cultural, e não apenas de peça no mercado de emprego¹⁰. Há determinantes macrossociais, entretanto, e a própria escola marginaliza. A escola passa a ser compreendida como um campo de luta que pode contribuir para a superação das contradições sociais e para a emancipação das classes populares.

Como vemos, pela breve explanação deste processo, a educação historicamente esteve associada, de um lado, às necessidades do projeto de desenvolvimento em curso, visando a consolidar a hegemonia do projeto de sociedade hegemônico e, de outro, às lutas empreendidas pelas classes populares na perspectiva de sua emancipação, de mudar a direção do desenvolvimento e de construir outro projeto de sociedade. Há, portanto, uma indissociabilidade entre as alternativas para a educação das classes populares e o projeto de futuro em construção.

A concepção de Educação Popular que se firma neste último período apresenta-se em processo de elaboração permanente; dialogando com o movimento internacional dos trabalhadores; vinculada às condições de vida das classes populares e compromissada com

¹⁰ Arroyo, 1995.

a melhoria da sua qualidade de vida; vinculada às diferentes propostas e às forças que a representam e disputam os rumos do desenvolvimento brasileiro; inserida no processo de constituição de um novo projeto de sociedade; esperançosa de, via educação, contribuir para a emancipação das classes populares e para a sua entrada no cenário político; dando uma grande ênfase à construção do poder popular; realizando a formação política e conscientizando para a ação; articulando a formação com a organização e com a luta; desejosa de promover o protagonismo popular – povo como sujeito de sua história; com ênfase maior nos espaços não formais e relacionando, de modo incisivo, a formação com a organização das classes populares e com os processos de luta.

3. Anos 1990: crise e necessidade de ressignificações

Os anos 1990 são caracterizados como tempos de crise que se expressa na perda de soberania nacional, no processo de globalização, no bloqueamento do desenvolvimento societal, na destituição de direitos; na violência; na crise de valores; na crise dos referenciais socialistas; no alargamento da distância entre ricos e empobrecidos e numa sociabilidade pautada pela razão instrumental e competitividade.

O conflito básico, deste momento do processo histórico, que freqüentemente é caracterizado como sendo de crise civilizatória, é o de exclusão e recolonização x resistência¹¹.

A Política educacional reorienta a educação de acordo com o perfil requerido pela Terceira Revolução Industrial. Uma análise mais acurada revela que a teoria que sustenta esta concepção continua sendo, num outro contexto, a teoria do Teoria do Capital Humano, que se expressa na Pedagogia da Qualidade Total. Essa teoria se assenta no pressuposto de aceitação das bases do projeto de sociedade hegemônico e significa a transformação da educação em mercadoria¹².

A compreensão do significado do neoliberalismo já é algo de domínio mais geral. Talvez, em nenhum momento histórico, sob a Modernidade, a direção do processo de desenvolvimento, dada pelas forças hegemônicas, tenha sido tão perversa. O que está acontecendo é a eliminação da força de trabalho. Nesta direção de desenvolvimento não há esperança para as classes populares e nem para a humanidade.

¹¹ Benjamim, 1998.

¹² Frigotto, 1995.

Neste contexto, há uma materialidade que exige e diz da necessidade da vigência da Educação popular, que pode ser sintetizada em três aspectos.

a) A urgência da transformação social, colocada pelo estágio atual de desenvolvimento do Projeto da Modernidade, no âmbito da produção, da política e da cultura, que indica o esgotamento de suas possibilidades emancipatórias.

b) A concepção de educação, que hoje está a serviço deste projeto, que coloca a educação como mercadoria e busca sedimentar uma mentalidade adequada às novas formas de alienação, opressão e violência.

c) O movimento concreto das forças que resistem e se dispõem a engendrar o novo necessita da Educação Popular e dos Educadores Populares para sedimentar visões sociais de mundo críticas, comprometidas e abertas, dispostas a resistir, capazes de analisar possibilidades e fazer acontecer o novo ("inédito viável").

4. Educação Popular e Movimentos Sociais hoje: idéias forças

O debate contemporâneo sobre os Movimentos Sociais revela a existência de lacunas teóricas na definição do que seja Movimento Social, no sentido do estabelecimento de sua diferenciação em relação aos padrões de ação coletiva analisados no século XX e de outras formas de associativismo contemporâneo. Existe, atualmente, a emergência de novos conceitos ou da ressignificação de antigos, relacionados ao campo de discussão sobre Movimentos Sociais: sociedade civil, cidadania, esfera pública, democracia participativa, revelando um deslocamento, particularmente a partir dos anos 1980, de estudos centrados na classe operária e suas formas organizativas, como sindicato, comissão de fábrica, centrais sindicais, etc., para outros segmentos sociais e outras formas de organização. Há, igualmente, perda da centralidade do debate em torno da noção de “revolução”, marcante até o início dos anos 1980¹³.

Embora seja preciso reconhecer estes elementos novos que se inserem no campo de investigação sobre os Movimentos Sociais, é importante também o reconhecimento de que, no Brasil, existe uma infinidade de formas associativas populares que emergem diretamente do movimento de resistência ao processo de exclusão em curso e que há, também, os chamados Movimentos Sociais Populares.

¹³ Gohn, 1997.

Existem muitas experiências em curso, tanto formais, como não formais, que resgatam e ressignificam a concepção de Educação Popular. Estas experiências ocorrem tanto nos Movimentos Sociais Populares, como em escolas formais. Exemplos são a Pedagogia da Terra, a Pedagogia que contrapõe a formação polivalente à formação politécnica, a Escola Cidadã, a Escola Plural, a Escola Democrática e Popular, o Movimento atual que emerge do Campo brasileiro e se denomina Educação do Campo¹⁴, O Movimento chamado de Economia Popular e Solidária.

Com base em duas destas experiências¹⁵, apesar das particularidades e questionamentos que a elas possam ser feitos, é possível dizer que a concepção de Educação Popular passa por um processo de ressignificação e afirma¹⁶:

- **a indissociabilidade entre o político e o pedagógico**, o que significa que a EP não é prática neutra, não histórica e ingênua. Coloca-se, portanto, como alternativa à concepção de educação como mercadoria e ao projeto a que aquela serve;

- **um marco ontológico**, pois tem o ser humano como centro e considera todos os humanos construtores de saberes, valores e cultura. Neste momento histórico, afirma o ser humano como sujeito de direitos;

- **um marco ético**, que se traduz no compromisso com a transformação social e na busca da vivência da coerência, sem a qual o discurso simplesmente perde o significado;

- **um marco epistemológico**, que interpreta o conhecimento como um fenômeno humano e social, construído na relação entre prática - teoria — prática;

- **uma proposta pedagógica**, que sintetiza criativamente a direcionalidade e a intencionalidade do ato educativo, tendo por base a problematização, o diálogo e a participação;

¹⁴ Arroyo, Caldart e Molina (Org.), 2004. Identifico este Movimento, denominado de Educação do Campo, como uma das correntes da Educação Popular, no atual momento histórico, voltada para sujeitos específicos. Penso ser possível afirmar que esta é a maior experiência existente no Brasil, protagonizada pelos próprios sujeitos populares, que resgata elementos importantes da concepção de Educação Popular e, ao mesmo tempo, os ressignifica. Os impulsionadores desta experiência são os Movimentos Populares do Campo que integram a chamada "Via Campesina". Merece destaque neste Movimento, no interior da Via, o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

¹⁵ Refiro-me aos cursos de Pedagogia Anos Iniciais do Ensino Fundamental: crianças, jovens e adultos e Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, conveniados pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul com os Movimentos Sociais do Campo (Itterra, Fundep e Fetraf /Sul). Também, refiro-me ao estudo que realizei para o Conselho Latinoamericano de Alfabetização de Jovens e Adultos, em 2004, por ocasião da IV Assembléia Geral (foram onze textos de diferentes instituições que atuam com EP na América Latina e 25 textos de diferentes educadores populares da América latina).

¹⁶ Síntese realizada na palestra feita , por mim, na IV Assembléia do CEAAL, em 2004.

- **uma concepção ampla de educação**, que envolve processos formais e não formais.

O debate educacional atualmente, desde uma abordagem teórica alternativa e no limite das experiências analisadas, permite apreender alguns direcionamentos ou idéias forças do que significa trabalhar com a concepção de Educação Popular hoje. Os que consigo visualizar são os seguintes:

- **a EP se faz de forma associada às discussões de novas alternativas de desenvolvimento para o Brasil.** Novamente, a educação alternativa encontra-se associada à mudança de projeto. Este projeto tem assumido diversas denominações: desenvolvimento humano, desenvolvimento solidário, desenvolvimento alternativo, desenvolvimento sustentável. Estes termos significam que, para ser humano, o desenvolvimento terá que ser autodeterminado e sociocultural e que o desenvolvimento econômico, dimensão da reprodução material da existência, no lugar da acumulação individual da riqueza, deverá ser temperado com a reprodução ampliada da vida;

- **a EP é um projeto pedagógico e cultural para toda a sociedade.** A EP visa a ser hegemônica. O que ela quer é que a sociedade toda assuma como centro do processo educativo, independentemente de onde aconteça, a formação humana e a vivência de valores que façam as relações sociais, nas diferentes esferas, serem cada vez mais formadoras de seres humanos inteiros, completos e felizes. Portanto, fruto de uma realidade histórica de opressão e exploração de uma parte cada vez maior da sociedade e comprometida com esta parte, a educação popular quer ser universal. É por isso que, mais do que um projeto pedagógico, restrito à educação, na sua dimensão formal, este projeto pretende incidir na construção de uma nova mentalidade cultural da sociedade;

- **a EP se identifica com as lutas pelo direito à educação e com todas as lutas sociais das classes populares.** Embora reconheça o valor das experiências, a EP está no campo de luta pela garantia da instituição do direito à educação, em todos os níveis. A educação é um direito humano e, por isso mesmo, não pode ser tratada como serviço, de forma assistencial e muito menos como mercadoria. Além disso, a EP se solidariza e contribui com a instituição de direitos em todos os campos: saúde, habitação, reforma

agrária, política agrícola para os pequenos produtores. Já aprendemos que os direitos são fruto de conquistas do povo organizado e que, sem condições de reprodução da existência, é praticamente impossível falar em desenvolvimento humano. Neste sentido a EP, neste momento do processo histórico, tem como intencionalidade a formação de pessoas como sujeitos de direitos e dispostos a buscarem os direitos;

- a EP reconhece que o Movimento Social é um espaço importante de formação do povo. Os Movimentos sociais formam porque (re) educam os sujeitos que deles participam. No espaço dos Movimentos, os trabalhadores dispersos se transformam em sujeitos coletivos que elevam sua auto-estima, sentem-se parte, atuam politicamente, socialmente e culturalmente, transformando-se em sujeitos. Formado pelas contradições e tensões sociais e pela dinâmica da luta concreta, um Movimento torna-se um coletivo organizado que, no cotidiano, é fonte de vivência de novos padrões culturais que não são os hegemônicos na sociedade capitalista, constituindo sujeitos individuais e coletivos que buscam a conquista de sua humanização. Estes sujeitos constroem saberes, valores, cultura e ensaiam a vivência de novas relações sociais. Com forte vínculo de classe, os Movimentos realizam a luta social, buscando uma nova materialidade nas relações econômicas, políticas e culturais e um projeto de futuro. É este vínculo entre formação, organização e luta que, historicamente, tem feito dos Movimentos o espaço de construção de homens e mulheres renovados. Além de (re) educar quem dele participa, o Movimento Social (re) educa a sociedade porque "põe a nu" as contradições sociais. Em síntese, pode-se dizer que contexto, coletividade, sentimento de pertença, movimento, identidade de projeto, organização, luta e transformação são expressões fortes que, interconectadas, permitem compreender o caráter educativo dos Movimentos Sociais¹⁷;

- a EP está comprometida com uma educação de qualidade para o povo. Independentemente de onde ela ocorra, o desafio da qualificação da educação do povo está presente. Numa sociedade em que cada vez mais quem não tem educação não é reconhecido, a educação com qualidade se faz necessária para a) recuperar a auto-estima, a dignidade; b) buscar mercado de trabalho num momento em que este mercado é cada vez mais escasso; c) desenvolver experiências que garantam a sobrevivência e d) possibilitar a continuidade da luta pela instituição de direitos e por transformações sociais significativas.

¹⁷ Para aprofundar ver Caldart, 2000.

- a EP reconhece que a escola e o seu cotidiano é um dos lugares importantes da educação do povo. Mas uma escola comprometida com a qualidade da educação que realiza e que compreende a importância do cotidiano da escola como formador, porque é nos processos de produção de nossa existência que nos produzimos como seres humanos. Uma escola que respeita a cultura popular, mas não nega a sua apropriação da cultura legitimada pela sociedade. Minhas vivências têm sinalizado que o respeito à diversidade cultural e a busca da vivência intercultural e o respeito à subjetividade não podem reverter em tolerância com processos educativos que não viabilizem, para os educandos das classes populares, a apropriação do saber historicamente acumulado e legitimado pela sociedade, como saber se expressar corretamente, tanto oralmente quanto de forma escrita e a apropriação das ferramentas conceituais que lhes permitem inserir-se de forma crítica, ética e posicionada na sociedade. O cuidado que se deve ter é com o não desenraizamento, e é o amor pela comunidade e o compromisso com ela que fará o educando permanecer nela, socializar o seu saber e contribuir para o seu desenvolvimento;

- os construtores da EP são as classes populares e todos os que com elas se comprometem. Aqui, trata-se de a educação ser dos sujeitos e não para os sujeitos populares. Historicamente a educação tem sido feita para o povo. Hoje, este povo, por meio de suas organizações, já possui experiência para opinar sobre a educação que interessa a si próprio: educadores, educandos, comunidades e organizações, crianças, jovens e adultos, campo e cidade. Há um traço de identidade que caracteriza a todos: ser parte do povo brasileiro. À parte deste grande elemento de identidade, é na pluralidade de práticas e pensamentos que, respeitando as diferenças, todos se encontram para lutar pelo direito de ser humano e para transformar o mundo. E é no diálogo que a EP se faz. Outra sinalização importante diz respeito à necessidade de que a dimensão política da práxis humana não seja confundida com a prática político-partidária. Muitos processos educativos são prejudicados quando, consciente ou inconscientemente, os educadores, educandos, funcionários e comunidades confundem estas dimensões da política.

Conclusão

Esta reflexão indica a necessidade de reconhecer o movimento do povo em busca de direitos, como formador, também de voltar a reconhecer que a vivência organizativa e de luta é formadora. A concepção de Educação Popular, hoje, materializa-se em processos formativos não formais, que são realizados de forma intencional, como cursos, oficinas, seminários, e também em processos de escolarização. Neste último, a disputa entre concepções educativas é reconhecida.

Outro elemento conclusivo importante parece ser o de que a EP é ação cultural e realiza a medição entre o sujeito e a realidade, na forma como a representa/significa, sente e intervém.

O trabalho educativo é com pessoas, visando a formar sujeitos que interfiram na perspectiva de transformar a realidade. A EP contribui no processo de formação dos sujeitos de e da transformação.

Neste aspecto, pode-se olhar o papel da EP de três formas:

1ª – A EP como ação cultural. Isto é, enquanto prática educativa, a EP não realiza diretamente o projeto, ela forma sujeitos que concretizam os processos transformadores. Sem clareza deste aspecto, dificilmente se consegue realizar um vínculo forte entre formação e realidade, formação e inserção, formação e intervenção e formação e transformação. Não há como, portanto, fazer a formação, tendo como base o movimento concreto da realidade, sem retomar um vínculo consistente com as discussões mais amplas dos sujeitos organizados (Movimentos Sociais) que fazem, cotidianamente, a luta de resistência e pela instituição de direitos.

2ª – A EP como Movimento de Educação Popular. Nesta perspectiva existe um Movimento de Educação Popular. Enquanto MEP há a incidência como sujeito social coletivo. Nesta direção, portanto, a EP se soma ao conjunto de outros esforços na direção de mudanças culturais e estruturais da sociedade.

3ª - A EP como Teoria Pedagógica. Neste sentido, seu espaço de inovação nas experiências acontece, prioritariamente nos e desde os Movimentos Sociais. Por isso, é aí que a renovação teórica é mais fecunda.

Nos três aspectos há, na atualidade, e apesar das crises, um vínculo forte desta concepção educativa com os Movimentos Sociais. Ela, felizmente, continua em movimento.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, **Adeus ao Trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. SP, Cortez: Unicamp, 1997.

ARROYO & CALDART & MOLINA (Org.). **Por uma Educação do Campo.** RJ, Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel G. Qualidade na Educação. POA, Paixão de Aprender, SME, n' 9, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã.** RJ, Vozes, 2002.

CALDAR, Roseli Saete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que uma escola. RJ, Vozes, 2000.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a Voz do Popular:** movimentos sociais e participação política no pós-70. RJ, Relume-Dumará: Ampocs, 1995.

FREIRE. **Pedagogia do Oprimido.** RJ, Paz e Terra, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real.** SP, Cortez, 1995.

GONH, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. SP, Loyola, 1997.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas:** uma leitura desde o Campo Democrático e Popular. POA, Tomo Editorial: Camp, 2001.